



Como rebater críticas de que a escolha baseada em diversidade poderia conflitar com o princípio da meritocracia?

É curiosa a crítica que a direita está me fazendo porque, do outro lado do espectro ideológico, eu já fui hostilizado várias vezes por ativistas do movimento negro justamente por defender a meritocracia.

Como o senhor vê o problema a partir do olhar da esquerda?

Na esquerda, há movimentos para reduzir a qualidade da seleção e contratação com o intuito de acelerar o processo de inclusão. Esse “atalho” vai prejudicar a causa racial, porque abrir mão da qualificação e do mérito é um erro monumental. Temos que dar condições de estudo e crescimento, mas cada indivíduo precisa pagar seu preço pessoal de qualificação profissional.

E em relação à direita?

Já para a direita, o alerta é distinto: não defendo escolher alguém sem mérito, mas, sim, que, entre pessoas qualificadas, sejam escolhidas pessoas que também contribuam para ampliar a representatividade e diversidade da Corte. Meritocracia é indispensável. Mas meritocracia não pode ser uma abstração que ignora desigualdades reais de acesso. Temos que buscar caminhos do meio que compatibilizem mérito e inclusão.

O STF deve refletir a composição da sociedade brasileira? Em que medida isso deve influenciar as nomeações e como tornar essa proporção algo simples e legítima?

O Supremo Tribunal Federal não precisa ser uma reprodução matemática da população brasileira. Isso seria irreal e inadequado. Mas também não deve ser completamente desconectado da sociedade que julga.

Como responder às críticas mais comuns sobre esse argumento?

Grupos com alta representação na população podem pretender se ver representados, o que é democrático. Aproveito para dizer que críticos maldosos gostam de citar a falta de, por exemplo, budistas ou japoneses. Isso é falacioso: se budistas ou japoneses fossem 20% ou mais da população, esse argumento seria aceitável. Nossa reclamação é que, por exemplo, mulheres e negros são metade da população e, entre 11, só há uma mulher e dois pardos.

Como aplicar isso de forma prática nas escolhas?

Primeiro, observam-se os requisitos constitucionais. Depois, entre nomes qualificados, deve-se considerar também a pluralidade de trajetórias, gênero, raça, origem social e experiências de vida. Isso é simples e legítimo porque não substitui o mérito; apenas amplia o olhar. Os presidentes precisam deixar de olhar apenas ao seu redor e indicar nomes fora de sua própria “cozinha”. É a atitude de estadista que se espera quando surge uma vaga no STF.

Que mudanças concretas o senhor espera ver na pauta ou na

Reprodução/Instagram



A juíza Karen Luise e a promotora de Justiça Lívia Santana Vaz são destaques

Reprodução/Instagram



“Não defendo escolher alguém sem mérito, mas sim que, entre pessoas qualificadas, sejam escolhidas pessoas que também contribuam para ampliar a representatividade e a diversidade da Corte”

William Douglas, desembargador federal

sensibilidade do tribunal com a entrada de uma mulher negra?

Como disse, espero que, na hora de se escolher um nome, sejam descartadas as militantes e as radicais. Indicar alguém assim seria um desserviço ao STF e até à própria causa racial. Juiz não pode ser um “representante” de grupo; o lugar para isso é o parlamento. Ministro do STF representa e defende a Constituição, não uma ou outra categoria.

E, na prática, o que a diversidade agrega ao tribunal?

O que a presença diversificada traz é a conjugação de diferentes visões de mundo, com todos, porém, focados em cumprir a Carta Magna. Já fiz críticas a tentativas de transformar o STF em um agente do progressismo. É errado decidir por militância; o que a sociedade precisa são tribunais que julguem com técnica, sem ignorar a realidade brasileira. Os juízes devem dizer o que a lei é, não o que ela deveria ser. Quem pode mudar ou melhorar as leis é o parlamento, e apenas o voto popular dá legitimidade para legislar. Se um juiz deseja criar regras e leis, deve deixar a magistratura e buscar o parlamento, onde essa função é exercida com legitimidade democrática.

O senhor vê essa nomeação como um marco simbólico ou como uma mudança estrutural no sistema de

justiça?

Será, sem dúvida, um marco simbólico muito forte. Símbolos importam porque constroem horizontes, autoestima e expectativa. Mas, sozinha, a nomeação não resolve a desigualdade no sistema de justiça.

O que seria necessário para uma mudança estrutural real?

A mudança estrutural exige educação de qualidade, bolsas de estudo, preparação, ampliação de oportunidades e projetos concretos de acesso. E tempo, pois são sementes que exigem maturação até se tornarem árvores frondosas. Projetos como o Identidade, da ANPR, e Magistratura Plural, da Justiça Federal do RJ, ajudam nisso. Outro exemplo é o Projeto Magistratura Negra, que começou na Educafro e hoje está no Instituto Impetus. Precisamos ampliar iniciativas como estas para mudar o quadro geral. Uma nomeação não resolve a estrutura, mas é parte da solução.

Que mensagem essa escolha enviaria para jovens negras que desejam seguir carreira jurídica no Brasil?

Uma mensagem muito poderosa: é possível chegar lá. Ela valerá não só para meninas negras, mas para meninos e meninas de todas as cores, comunicando que os espaços mais altos da República não pertencem

apenas a um perfil social ou racial. Isso impacta o imaginário, fortalece a esperança e mostra que mérito, preparo e trajetória podem levar uma pessoa até o topo.

Há, também, um impacto no imaginário social?

Sim. Já escrevi um artigo chamado “Pretos bem vestidos”, a propósito de um amigo meu, desembargador preto, que, de vez em quando, é confundido com segurança em shoppings. Em parte ainda significativa do imaginário social, um homem preto de terno só pode ser isso: segurança de shopping. Para não ficar em um único exemplo, vale contar que convidei a juíza substituta de minha Vara, uma mulher negra, para uma palestra na Educafro. Quando chegamos, ela estava de *tailleur* e, ao passarmos pelo corredor, ouvi uma moça comentar: — Olha, o Dr. William trouxe a secretária dele! Ou seja, o problema é tão real que pretos e pretas, mesmo quando em trajes mais sofisticados, são interpretados como ocupantes de funções subalternas. Quando chegamos ao palco, disse ao público, de maioria negra e feminina, que elas precisavam de uma mudança de mentalidade (*mindset*). Disse que precisam acreditar que uma mulher preta bem vestida pode ser uma juíza, promotora de justiça, empresária ou CEO.

E qual foi a reação do público?

Quando apresentei aquela juíza ao público, uma ex-empregada doméstica que estudou e venceu, os olhos daquelas moças brilharam de uma forma que eu jamais conseguirei reproduzir com a mesma intensidade. Esse é um impacto que não será produzido apenas pela qualidade da fala, mas também pelo lugar e pela história de quem fala. Uma mulher negra no STF fará olhos brilharem, corações se aquecerem e mentes se expandirem. O Brasil não pode perder essa oportunidade de fazer brancos, pardos e pretos verem mulheres e negros em posições de poder. Não se pode desprezar a força dos símbolos. Quem achar que isso é pouco precisa ler Joseph Campbell.

Quem mais o senhor gostaria de ver no STF?

Primeiro, acabamos de perder um homem pardo no STF. E, dentro de minha lógica, mais do que perder um pardo, perdemos um excelente ministro, concursado, experiente, com saber jurídico e resultados concretos no serviço público. Jorge Messias criou um choque de gestão e eficiência na AGU e apostou na consensualidade. Respeito a autonomia do Senado, mas lamentei sua rejeição.

Tem mais algum ponto que gostaria de destacar?

Já que citei mulheres negras, permitam-me citar, ao final, homens negros que poderiam estar no STF: Paulo Rangel, que já foi porteiro e hoje é consagrado doutrinador e desembargador no TJ/RJ, e o advogado Hédio Silva, que, na tribuna do STF, fez uma das mais brilhantes sustentações orais que já vi na vida. Por fim, há um pardo extremamente qualificado que eu gostaria de ver no STF um dia: o juiz federal e professor Marcelo Leonardo Tavares.